



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 05

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 4 DE MARÇO DE 2015

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	3
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA.....	3
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	4
3. ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2015	4
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	4
4.1 Aprovação do Programa de Ação Territorial de Rio Frio e Barroca d'Alva	4
4.2 Ratificação do Despacho n.º 12/2015 – 3.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2015 – PPI e AMR'S.....	10
4.3 Ratificação do Despacho n.º 13/2015 – 3.ª Alteração ao Orçamento de 2015	10
5. APOIOS FINANCEIROS.....	11
6. INFORMAÇÕES	11
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	11
ENCERRAMENTO	12

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na freguesia de S. Francisco e edifício da junta de freguesia, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, a senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento manifestou o seu agrado relativamente à moção apresentada pela CDU na sessão da Assembleia Municipal, realizada em 27 de fevereiro último, relativa ao Dia Internacional da Mulher.

Acerca desta temática, a senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou das várias ações que a Câmara irá desenvolver para comemoração desta data.

Também o senhor presidente usou da palavra, afirmando que a moção está direcionada para uma realidade mais contemporânea; para além de motivos culturais, a violência sobre as mulheres é também certamente das contingências da crise que abala as famílias, sendo já considerado crime público.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €328.777,96

(trezentos e vinte e oito mil, setecentos e setenta e sete euros e noventa e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres informou que entre os dias 18/02/2015 e 03/03/2015, autorizou o pagamento da despesa, no montante total de €708.334,82 (setecentos e oito mil, trezentos e trinta e quatro euros e oitenta e dois cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do número 311 ao número 456.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Ata da reunião ordinária realizada em 18 de fevereiro de 2015

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar por unanimidade, a ata da reunião ordinária, realizada em 18 de fevereiro de 2015.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Aprovação do Programa de Ação Territorial de Rio Frio e Barroca d'Alva

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Considerando que:

1. Nos termos do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, cabe

- aos municípios, com a colaboração das entidades públicas e privadas, promover a execução coordenada e programada do planeamento territorial, designadamente dos respetivos Planos Diretores Municipais (PDM's);
2. No artigo 121.º do mesmo diploma legal, está prevista possibilidade da atuação coordenada das entidades públicas e privadas interessadas na execução dos planos municipais, designadamente dos PDM's, ser enquadrada por Programas de Ação Territorial (PAT's);
 3. No mesmo artigo, estatui-se que os PAT's têm por base um diagnóstico das tendências de transformação das áreas a que se referem, definem os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificam as ações a realizar pelas entidades neles interessadas e estabelecem o escalonamento temporal dos investimentos neles previstos, designadamente as prioridades de atuação na execução dos PDM's e a estratégia de intervenção municipal nas áreas de edificação dispersa e no espaço rural;
 4. Durante os anos de 2008 e de 2009, visando uma execução articulada do Plano de Pormenor do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca d'Alva, no concelho de Alcochete e do Plano de Pormenor da Área de Vocação Turística da Venda Velha, no concelho de Palmela e o início dos trabalhos de alteração ao PROT-AML, os municípios respetivos, em atuação coordenada com o Conselho de Administração da Sociedade Agrícola de Rio Frio S.A. (SARF) e as estruturas técnicas e políticas das câmaras municipais, com a assessoria técnica do gabinete *Bruno Soares Arquitectos* e de várias outras equipas, resultou na elaboração da 1.ª versão do Programa de Ação Territorial de Rio Frio e Barroca d'Alva;
 5. Esta atuação coordenada dos dois municípios e da SARF foi, também, altamente motivada pela decisão governamental de construção do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), no Campo de Tiro de Alcochete, bem como da linha para o Comboio de Alta Velocidade e instalação da Plataforma Logística do Poceirão, associando a estes projetos um importante conjunto de

infraestruturas de acessibilidade, parte das quais atravessando a área de intervenção do PAT;

6. O "Relatório Síntese – Estratégia e Modelo Territorial" da área intervenção do PAT, depois de devidamente aprovado pelos executivos dos Municípios de Alcochete e de Palmela, foi por estes entregue, em 24 de julho de 2009, na Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), para apreciação e consideração em sede de revisão do PROT-AML, conforme consta na documentação anexa à presente proposta de deliberação;
7. Entretanto, as alterações de contexto económico e político que se verificaram desde 2009, em particular o progressivo agravamento da crise económica e financeira no País, com a consequente contração no investimento e no financiamento dos mercados, em particular dos mercados turístico e imobiliário, resultaram na suspensão dos processos de elaboração dos Planos de Pormenor da Área de Vocação Turística da Barragem da Venda Velha e do Núcleo de Desenvolvimento Turístico da Barroca D'Alva, obrigando a que, em 2012, fosse feita uma reavaliação das condições de implementação do PAT;
8. Neste contexto, e no sentido de garantir a sustentação económica dos objetivos, dos programas e dos projetos formulados em 2009 para o PAT, tanto no que respeita à manutenção do suporte financeiro de curto prazo e no acesso aos programas do próximo Quadro Comunitário de Apoio, como no ajustamento às mudanças que se vão configurando nos mercados turístico e imobiliário, em julho de 2013, foi desenvolvida uma proposta de aditamento à versão inicial do mesmo, limitando a incidência deste programa às propriedades da SARF, Casa Agrícola de Rio Frio II S.A e PAPREFU, SA, consubstanciando num novo modelo de organização e de desenvolvimento, com capacidade para gerar e atrair valor acrescentado e sustentado para o território;
9. Esta proposta de Aditamento ao PAT de 2009 foi aceite pelos executivos dos dois municípios, conforme ofício datado de 9 de outubro de 2013 onde, nos pareceres anexos dos respetivos serviços técnicos se apresentava um

conjunto de comentários e/ou observações que deveriam ser tidos em consideração em sede da elaboração da sua versão final, conforme consta na documentação anexa à presente proposta de deliberação;

10. O aditamento ao PAT de 2009 traduz a intenção de prosseguir o reajustamento da estratégia e dos programas de desenvolvimento para a área de Barroca d'Alva e de Rio Frio, aproveitando os recursos naturais, culturais e produtivos existentes, entretanto valorizados, bem como a sua localização no contexto da Área Metropolitana de Lisboa, que lhe proporciona condições singulares de integração nas dinâmicas metropolitanas de desenvolvimento, nomeadamente nas que resultam do reforço de Lisboa e da região de Setúbal, como destinos turísticos europeus, enquanto território detentor de um património natural, histórico e cultural com enorme valor para a oferta turística da região e do País, em particular no domínio do ecoturismo, do turismo equestre, recreio e lazer metropolitanos;
11. Apesar das grandes incertezas que se mantêm no que respeita à concretização das grandes infraestruturas regionais, a concretização da versão atualizada do PAT de 2015, constitui uma oportunidade para a concertação de interesses entre os Proprietários/Promotores da Área de Rio Frio e Barroca d'Alva e destes com os municípios de Palmela e de Alcochete, definindo uma estratégia com objetivos adequados às novas circunstâncias económicas, institucionais e políticas de desenvolvimento da região e do país, aproveitando, nomeadamente, condições de acesso a financiamentos do acordo de parceria entre Portugal e a União Europeia estabelecido no âmbito do próximo Quadro Comunitário – Portugal 2020;
12. Por sua vez, a concretização do PAT de 2015 visa garantir a estabilidade, num horizonte alargado de 20/25 anos, dos objetivos e compromissos estabelecidos, designadamente quanto ao modelo territorial e à programação dos investimentos necessários ao desenvolvimento das ações nele previstas.

Assim, pelo exposto, propõe-se que:

1. Nos termos e para efeitos do disposto no artigo 121.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, a Câmara Municipal delibere emitir parecer favorável à Estratégia e Modelo Territorial do Programa de Ação Territorial de Rio Frio e Barroca d'Alva, conforme consta na documentação anexa à presente proposta de deliberação;
2. Nos termos do preceituado e na sequência do deliberado no ponto anterior, a Câmara Municipal delibere remeter o assunto para conhecimento da assembleia municipal.»

De seguida, foi feita uma apresentação em PowerPoint, pelo senhor arquiteto Luís Jorge Bruno Soares.

Submetido à discussão, a senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento congratulou-se pelo facto de os municípios de Alcochete e Palmela terem reunido para apresentar este PAT e tentar levá-lo a “bom porto”, contudo, suscitou-lhe uma dúvida, se também fica englobada a habitação permanente dentro das características apresentadas.

Teceu, ainda, comentários relativamente às limitações da Reserva do Estuário do Tejo, em paralelismo com o aproveitamento que outros países têm feito com os seus ecossistemas, nomeadamente Inglaterra e Escócia.

O senhor vereador José Luís dos Santos Alféua questionou da existência, em termos percentuais, da limitação de primeiras habitações.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto entende que este processo é o retomar do que poderá ser muito importante para os municípios de Alcochete e de Palmela, dado que têm às portas de Lisboa condições muito diferentes das que se podem encontrar na margem norte e na grande Lisboa. Realçou, também, a vertente do turismo da natureza e o turismo equestre, que são duas apostas presentes no Plano Estratégico do Turismo de Lisboa, bem como uma aposta clara no Arco do Tejo e, também, na centralidade da Arrábida.

O senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro fez votos para que o documento seja rapidamente aprovado. Em visita à zona (Rio Frio) comparou a situação em que estava há dois anos, constatando o desenvolvimento que toda a área está a ter.

Lembrou o exemplo da Fundação das Salinas do Samouco (corredor da ponte Vasco da Gama) no qual, contrariamente às opiniões dos ambientalistas, não se verificou a debandada dos flamingos, pelo contrário, chegam cada vez a esta zona.

Por último, questionou quais os passos seguintes a dar para que o Plano se concretize.

A senhora vereadora Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres realçou que as regras de conservação são essenciais na base destes projetos, tanto mais que já se chegou à conclusão que as questões ecológicas não são empecilho às questões económicas, antes sim, o seu impulsionador.

O senhor presidente informou que as questões colocadas pelas senhoras vereadoras têm mais que ver com o Plano de Pormenor da Barroca d'Alva, ZPE ou Rede Natura 2000, que em rigor, são planos que nunca estiveram estagnados mas, antes pelo contrário, têm vindo a sofrer alterações sobre alterações, desde o seu início, enquanto PAT, tendo o arq.º Luís Soares chegado ao ponto de definir áreas de proteção, de preservação do montado de sobro e de cada uma das suas espécies ali existentes, ou seja, cada árvore tem a sua área de proteção que obedece a determinadas regras para poder manter-se com vitalidade.

Submetido à votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 1**.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.

4.2 Ratificação do Despacho n.º 12/2015 – 3.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2015 – PPI e AMR'S

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo Despacho, datado de 26 de fevereiro de 2015, foi aprovada a 3.ª Alteração às Grandes Opções do Plano 2015 – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 2**.

4.3 Ratificação do Despacho n.º 13/2015 – 3.ª Alteração ao Orçamento de 2015

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo Despacho, datado de 26 de fevereiro de 2015, foi aprovada a 36.ª Alteração ao Orçamento de 2015, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 1 do Art.º 34º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP e 6 votos a favor do PS e da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 3**.

5. Apoios Financeiros

Não foram apresentadas quaisquer propostas.

6. Informações

Não foram prestadas informações.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registou-se a intervenção do senhor Joaquim Alexandre, que chamou a atenção para uma obra de acesso a uma garagem que está a ser feita por funcionários da Câmara o que, em sua opinião, é ilegal.

Mais disse, que o seu advogado já pediu por escrito uma reunião com o responsável das obras mas, até agora, apenas informaram que o processo está a ser verificado.

O senhor presidente informou que iria informar-se sobre a situação junto dos serviços municipais.

O senhor presidente agradeceu ao senhor presidente e ao senhor secretário da Junta de Freguesia de S. Francisco, a cedência do espaço para a realização do atendimento bem como para a realização da reunião.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 22:55 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.